

Gêneros

ESCOLA
NACIONAL
DE GÊNERO
E SEXUALIDADE

Relatório
2018-2021

equipe

Luana Malheiro

Coordenadora de pesquisa e mobilizadora RENFA

Symmy Larrat

Coordenadora de Pesquisa e mobilizadora ANTRA

Dandara Rudsan

Coordenadora de mobilização e articulação Iniciativa Negra

Altamira Simões

Mobilizadora RENFA

Keila Simpson

Mobilizadora ANTRA

Bruna Benevides

Mobilizadora ANTRA

Ana Carolina Santos

Coordenadora de Gestão Iniciativa Negra

Nathália Oliveira

Revisão da pesquisa e coordenadora Iniciativa Negra

Dudu Ribeiro

Colaboração e coordenador Iniciativa Negra

Letícia Vieira

Comunicação Iniciativa Negra

Tatiana Diniz

Coordenação de Comunicação

Tomaz Alenc

sumário

6	1. INTRODUÇÃO	46	5. LINHA DO TEMPO
14	2. CONTEXTUALIZAÇÃO	47	5.1. 2019
15	2.1. Como chegamos até aqui? Reflexões históricas sobre a geopolítica dos ataques a gênero, sexualidade e direitos humanos	69	5.2. 2020
20	2.2. O Brasil e o avanço do conservadorismo	87	5.3. 2021
26	3. NOTA METODOLÓGICA	104	6. CONSIDERAÇÕES FINAIS
29	3.1. Métodos para produção de dados para análise do Legislativo	107	6.1. Orientações para incidência e advocacy para a retomada de direitos
31	3.2. Métodos para produção de dados para análise do Executivo	108	6.2. Construir quadros oriundos do ativismo
32	4. RESULTADOS	109	6.3. Boas experiências de atuação da sociedade civil
33	4.1. Análise no Poder Legislativo	110	6.4. Boas experiências em políticas públicas
40	4.2. Análise no Poder Executivo	118	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Introdução

Este relatório fundamenta a criação e estruturação de uma **Escola Nacional de Gênero e Sexualidade**, através de uma plataforma virtual que sistematiza produções textuais e audiovisuais disseminando insumos que fortalecem discussões transversais, como transgeneridade, redução de danos associado ao uso de drogas, raça, sexualidade, classe e gênero.

Ao longo de um processo de pesquisa conduzido durante a pandemia, realizamos formações que fortaleceram ações de pesquisa e advocacy junto ao trabalho desenvolvido por cada organização participante deste projeto (leia-se a ***Associação Nacional de Travestis e Transexuais*** - ANTRA, a ***Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas*** - INNPD, e a ***Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas*** - RENFA).

A **Escola Nacional de Gênero e Sexualidade** tem como objetivo central a construção da contranarrativa à ofensiva antigênero, fornecendo ferramentas de formação e disseminação de informações, narrativas e fontes de pesquisa para o enfrentamento do conjunto de retrocessos que impactaram essas pautas nos últimos anos, principalmente sobre a bandeira de ataque à denominada “ideologia de gênero”.

“Ideologia de gênero” é a expressão depreciativa usada pelo conjunto de setores conservadores internacionais contrários às discussões relacionadas a pautas LGBTQIA+ e de Direitos Humanos, voltadas para o debate sobre equidade de gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. Estes setores vêm desenvolvendo estratégias de fomento às discussões junto à opinião pública, para criação de base ideológica que sustenta as medidas dos poderes legislativo e executivo contrárias a pautas supramencionadas, configurando um retrocesso às conquistas consolidadas nessas agendas.

Em 2012, quando da apresentação do projeto Escola Sem Homofobia, financiado pelo Governo Federal e que visava promover a aceitação e a inclusão de debates sobre diversidade sexual no ensino médio, a pressão da Frente Parlamentar Evangélica, que apelidou o material didático de “kit gay”, fez com que a ação fosse vetada pela então presidente Dilma Rousseff. Após essa vitória dos conservadores, uma verdadeira guerra às expressões de gênero, aos direitos, movimentos e até mesmo às pessoas LGBTQIA+ e feministas foi impetrada no país. Seguiu-se a isto a retirada dos trechos que tratavam da questão de gênero e de orientação sexual do Plano Nacional da Educação e na BNCC (Base Nacional Curricular Comum).

O movimento de desqualificação dessas pautas envolveu a criação de uma indústria de comunicação em massa para disseminação de fake news, que concentrou as atenções das pautas políticas em pautas morais, produzindo uma distração que escondeu o reordenamento do orçamento público, a diminuição dos investimentos em políticas garantidoras de direitos e o mar de corrupção e ilegalidades que pairam sobre o atual governo federal. Além de deslocar as atenções da opinião pública para o centro político de uma guerra ideológica, essa estratégia elevou a violência dirigida a esses grupos, demonstrando o enorme desafio de pacificação em pautas profundas que atravessam episódios anteriores da constituição histórica da sociedade brasileira.

O argumento de que essa “ideologia” faria parte de um plano mundial para destruir o modelo de família

humanos e de pessoas que usam drogas. Neste caminho, vamos entender como a ofensiva antigênero no contexto local desencadeou uma fissura na democracia brasileira.

A criminalização dos movimentos sociais e a falta de investimentos têm imputado dificuldade de construir relações de diálogos possíveis

Esta pesquisa foi realizada com a finalidade de apresentar o que vivemos em nosso país a partir da articulação de uma ofensiva antigênero, quais caminhos conseguimos mapear, quais atores se colocaram na disputa e quais alianças tornaram possíveis o atual contexto de retrocessos em nossas pautas. Quais desafios nos esperam? Como fortalecer o Estado e as políticas públicas de acesso a direitos? Como produzir respostas coletivas a esse conjunto de retrocessos? Estas são questões que pretendemos responder juntas neste relatório que convida ao diálogo, mas também é o compartilhamento de ferramentas e estratégias de luta.

Para tanto, trazemos aqui um balanço das políticas para mulheres e pessoas LGBTQIA+, com base na análise dos três últimos anos de articulações no governo federal e no Congresso Nacional, tendo em vista a operação transnacional da ofensiva antigênero com repercussão no debate em torno do conceito de “ideologia de gênero”. Não pretende ser uma análise exaustiva — pois certamente há muito mais a examinar no contexto brasileiro —, mas consideramos que o que reunimos foi o suficiente e relevante para os propósitos do projeto.

2 Contextualização

2.1. COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI? REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE A GEOPOLÍTICA DOS ATAQUES A GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS

Nesta seção, realizaremos uma contextualização, em uma perspectiva histórica, da trajetória dos ataques aos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+. Aportamo-nos em estudos recentes, sobretudo os coordenados por Correia (2021)², que teve como objetivo realizar um aprofundamento das raízes históricas dos ataques antigênero em nosso continente. Não pretendemos nos aprofundar demasiadamente neste tópico, pois entendemos que estudos anteriores já realizaram o trabalho de mapear a geopolítica dos ataques a gênero em esfera global, mas consideramos importante apresentar alguns elementos para contextualizar quem nos lê.

². Género & Política en América Latina (G&PAL). (s. f.). Políticas antigênero en América Latina: estudios de caso. Sexuality Policy Watch. sxpolitics.org/GPAL

Ao traçar a trajetória dos ataques às políticas de gênero e sexualidade, não por acaso, deparamo-nos também com a trajetória da movimentação política conservadora e religiosa, que tem articulado em diversos países da América Latina e Caribe uma forte investida e uma disputa nas noções de direitos das mulheres, diversidade, família e cuidados. Enquanto ativistas de direitos humanos, mulheres

2.2. O BRASIL E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO

Para que possamos entender o ápice de ascensão bolsonarista e de setores ultraconservadores em nosso país, e como a entrada no ativismo político

Para elas, na atualidade, países como o nosso, em crise, dão-nos um exemplo vivo de como a nostalgia, a melancolia e o nacionalismo revisionado ajudam a compor a nossa esfera conservadora. A nostalgia de um Brasil do passado e a melancolia à brasileira se expressam na negação das identidades políticas e culturais forjadas na luta por direitos e representação, como os movimentos LGBTQIA+, negro

Nota metodológica

Com a finalidade de reunir dados que nos ajudem a construir um quadro/diagnóstico mais preciso do que significaram os últimos três anos, em relação ao avanço da direita bolsonarista e as repercussões na vida prática do acesso a direitos e políticas para a nossa militância, conduzimos dois processos de produção de dados: uma legislativa e outra de decretos presidenciais e movimentações realizados pelo campo político que está no poder com a finalidade de disputar um projeto de nação pautado em valores conservadores, e que tem significado a retirada de direitos para uma parcela da população brasileira.

A pesquisa apresentada é de caráter qualitativo, com análise documental e interpretativa de projetos de lei, decretos presidenciais, bem como textos das políticas implementadas durante o período de 2019 a 2021. Inicialmente, fizemos um levantamento de literatura sobre a questão, bem como de pesquisas documen-

tais que possibilitaram a análise social a partir de documentos institucionais. Realizamos também uma escuta qualificada de toda a equipe do projeto com pesquisadora(es) e ativistas que versavam sobre a produção de conteúdo no que diz respeito aos ataques que as populações LGBTQIA+, de mulheres e de pessoas que usam drogas sofreram nos últimos três anos. Esta etapa foi fundamental para o desenho da pesquisa, permitindo-nos entender qual caminho

4 Resultados

4.1 ANÁLISE NO PODER LEGISLATIVO

Nossa intenção foi avaliar a movimentação legislativa nacional da pauta de gênero — em especial a que se alicerça na narrativa da “ideologia de gênero”, promovendo uma ação contrária às políticas de gênero. Para isso levantamos as legislações em tramitação no Senado e na Câmara, tentando identificar os autores, estratégias e destaques que incidam negativa e positivamente sobre as pautas, possibilitando aos movimentos de atuação legislativa construir ações de incidência no espaço e prospecção de parcerias.

Ressaltamos que, ao debater políticas de gênero, demarcamos prioridades como legislações que abordam as mulheres e recortes interseccionais de raça e transgeneridade — focos de ataques discursivos do campo conservador na mídia e nas redes —, além de tramitações que dialoguem com a pauta LGBTQIA+.

ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES:

Listamos 247 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, na atual legislatura, até 31 de dezembro de 2021: 12 tramitam no Senado, e 245, na Câmara dos Deputados. Das

Assim como nas pautas legislativas pró-LGBTQIA+, excluindo as específicas sobre homossexualidade, mais de 30% ainda tratam apenas da orientação sexual ou sexo, sem levar em consideração o gênero ou identidade de gênero. Fora a quase completa ausência de legislações que abarquem e a completa inexistência de leis específicas sobre bissexualidade,

4.2 ANÁLISE NO PODER EXECUTIVO

Nesta seção, nosso objetivo é analisar medidas normativas, decretos, vetos presidenciais e declarações de representantes do atual governo durante os três anos da sua gestão (2019 até 2021). Realizamos o acompanhamento sistem

às pessoas LGBTQIA+; e a indicação de um juiz evangélico ao cargo de procurador-geral da República. É necessário destacar que a agenda conservadora se fez presente no âmbito das articulações do Executivo, seja na reestruturação dos seus ministérios e secretarias ou na nomeação de militares e representações do fundamentalismo religioso à frente de agendas importantes para o campo do gênero, sexualidade

Linha do tempo

2019

JANEIRO

1 - EXTINÇÃO DA SEDACI

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Sedaci/MEC) tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. A Sedaci era responsável pelo programa de formação de profissionais da educação para diversidade em ambiente escolar no que se refere a LGBTQIA+, negros e negras, questões geracionais etc.

Instrumento normativo: MP870/2019.

2 - FLEXIBILIZAÇÃO DA POSSE E PORTE DE ARMAS

Com o decreto 9.685 de 8 de maio (editado 22 de maio pelo decreto 9.785), que flexibiliza ainda mais o porte e o

saltar que as políticas de prevenção ganham um caráter alarmista, com um discurso de proteção à família. Adoção da abstinência como estratégia principal de cuidado, não mais a RD.

Instrumento normativo: Decreto 9761

rol de competência, que abrange também a atribuição de sugerir propostas e observações a respeito da legislação existente e requerer à autoridade competente que instaure procedimento criminal e administrativo mediante a constatação de indícios da prática de tortura.

naram prisões e espaços de tortura para as pessoas consideradas desviantes do “padrão”. O Presidente vetou a reserva de postos de trabalho em licitações de obras públicas para reinserção econômica de pessoas atendidas pelas políticas sobre drogas.

JULHO

22 - MS INCLUI CIRURGIA PARA HOMENS TRANS NO SUS, MAS NÃO GARANTE FINANCIAMENTO

07/10), “os direitos fundamentais a liberdade de expressão, igualdade e não discriminação merecem a tutela do Poder Judiciário, inclusive em caráter liminar”.

27 - EM EVENTO OFICIAL, BOLSONARO

ternação compulsória, retirando a autonomia das mulheres na escolha dos melhores procedimentos.

Instrumento normativo: Resolução nº 2.232, de 17 de julho de 2019.

DEZEMBRO

35 - MEC LANÇA PROGRAMA “CONTA PRA MIM” SOBRE INCENTIVO À LITERACIA FAMILIAR, E INCLUI GEST

68 - GOVERNO DESTINA MAIS DE 10,2 MI A COMUNIDADES TERAPÊUTICA

O governo federal, valendo-se do estado de emergência para aumentar a dest

